Ata 09/2016

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

As 14 horas do dia 31 de outubro de 2016, teve início a reunião dos membros do Comitê de Investimentos do FPMSF abaixo assinados, de acordo com o Decreto nº 3.415, de 27 de outubro de 2016, que altera a composição inicial prevista no Decreto nº 2.900, de 15 de outubro de 2012, para tratar dos seguintes assuntos: **Cenário econômico, carteira de investimentos e aplicações do FPMSF**. **Cenário -** Cenário Internacional - conforme a agência Eurostat, na Eùropa também em setembro o desemprego se manteve estável na zona do euro, sendo que a taxa de 10,1% foi a mais baixa já registrada desde julho de 2011. A inflação do consumidor da região acelerou para uma taxa anual de 0,4%, depois de um avanço de 0,2% em agosto. O resultado ficou em linha com a expectativa dos analistas, embora muito abaixo da meta de 2% do BCE, que`em sua última reunião manteve inalteradas as taxas de juros e reiterou que o programa de compra de ativos irá até março de 2017. Já a atividade econômica registrou expansão de 0,3% na comparação trimestral e 1,6% na base anual. O crescimento do PIB se deu por conta das fortes exportações e da demanda interna elevada. Entretanto, o crescimento desacelerou em relação aos períodos anteriores, devido ao enfraquecimento da formação de estoques e dos investimentos. Nos EUA, de acordo com o Departamento de Comércio, o crescimento do PIB americano no segundo trimestre foi revisado pela última vez e apontou uma expansão de 1,4%, em base anual. A revisão para cima dos dados se deveu a uma queda menor que a esperada dos investimentos de capital e uma maior força das exportações, além da permanência do dado positivo de consumo interno. Já a criação de novos empregos não agrícolas, em setembro, estimada em 170 mil vagas, foi efetivamente de 156 mil vagas. A taxa de desemprego subiu de 4,9% para 5%, com um maior número de americanos procurando trabalho, o que revela melhores expectativas. Em sua reunião em 21 de setembro, o comitê de política monetária do banco central norte-americano, o FED, decidiu manter a taxa básica de juros entre 0,25% e 0,50%, mas sinalizou que ainda pode elevar os juros até o final do ano, diante da melhora do mercado de trabalho, inclusive. Na China, foi divulgada a inflação do consumidor de 1,3% em base anual, em agosto, desacelerando para atingir o ritmo mais fraco em quase um ano. A pressão mais forte veio por conta da queda dos preços dos alimentos. A meta é de uma inflação anual de 3%. No Japão, sob o regime de juros negativos, o banco central anunciou que modificará a composição do seu expressivo programa de compra de ativos com o objetivo de evitar uma queda das taxas de juros de longo prazo, ainda positivas. **MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÀVEL** - No mercado internacional de renda fixa, influenciado pela aproximação do aumento dos juros pelo FED, os títulos do tesouro americano, de 10 anos, que tinham rendimento ao redor de 1,60% a.a. no final de agosto, terminaram setembro com um

rendimento de 1,69% a.a., ao passo que os emitidos pelo governo britânico encerraram o mês rendendo 0,89% a.a. Os emitidos pelo governo alemão fecharam o mês com rendimento positivo de 0,01%, depois do negativo de -0,04% a.a no mês anterior. Paralelamente, o dólar se desvalorizou 0,69% perante o euro e 2,01% perante o yen, por exemplo. As bolsas europeias caíram em sua maioria no mês de setembro, por conta da queda dos preços das ações de instituições financeiras, sobretudo do Deutsche Bank. A bolsa alemã caiu 1,09% e a inglesa (FTSE 100) 0,15%. A do Japão (Nikkey 225) recuou 1,82%, enquanto a americana (S&P 500) subiu 0,17%. No mercado de commodities, o petróleo, depois da notícia que a OPEP alcançou um acordo para reduzir a sua produção de 33,2 milhões de barris por dia para 32,5 milhões, subiu no mês, o tipo Brent, 4,31%. **CENÁRIO NACIONAL** - ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA - De acordo com o Banco Central, o IBC-Br, considerado uma prévia da evolução do PIB cedeu 0,09% em julho, na comparação com junho. Em doze meses a queda foi de 5,61%. O consumo das famílias continuou evoluindo de forma negativa, assim como o consumo do governo. No entanto, a diretora-gerente do FMI, em uma análise da economia mundial, afirmou que a Rússia e o Brasil estão mostrando algum sinal de melhora em suas economias. O fato é que a confiança da indústria registrou em setembro a maior marca desde julho de 2014 e a confiança do consumidor chegou ao maior nível em 20 meses, conforme a FGV. Por sua vez, a taxa de desemprego atingiu 11,8% no trimestre encerrado em agosto, conforme a Pnad Contínua, sendo que um ano antes a taxa era de 8,7%. O contingente de desempregados chegou a 12,02 milhões de pessoas. A renda média de R$ 2.011,00 apresentou queda real de 1,7% frente ao ano anterior. **SETOR PÚBLICO** - Conforme informou o banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R$ 22,3 bilhões em agosto. No ano, o déficit acumulado foi de R$ 58,9 bilhões e em doze meses de R$ 169 bilhões (2,77% do PIB). As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R$ 418 bilhões (6,86% do PIB). Já o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R$ 587 bilhões (9,64% do PIB), também em doze meses. A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou R$ 4,27 trilhões (70,1% do PIB), elevando-se 0,5 p.p. em relação ao mês anterior. **INFLAÇÃO** - Com os preços dos alimentos, especialmente o da carne, exercendo menor pressão, a inflação medida pelo IPCA desacelerou, de 0,44% em agosto para apenas 0,08% em setembro. No ano, a alta acumulada chegou a 5,51%, e em doze meses a 8,48%. Já o INPC, também subiu 0,08% em setembro e acumulou um avanço de 6,18% no ano, e de 9,15% em doze meses. **JUROS** Com a divulgação da ata da última reunião do Copom realizada no final de agosto, o Banco Central começou a preparar o terreno para uma redução da taxa Selic num futuro próximo. E no último Relatório Trimestral de Inflação, apresentado em setembro, a autoridade monetária já passou a acreditar na inflação abaixo do centro da meta de 4,5% em 2017. A projeção é de 4,4% para o IPCA no próximo ano, e de 3,8% em 2018. **CÂMBIO E SETOR EXTERNO** A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de setembro cotada em R$ 3,2462, com uma valorização de 0,68% no mês, mas com uma desvalorização de 16,87% no ano e de 21,16% em doze meses. Em agosto, as transações correntes, apresentaram déficit de

US$ 579 milhões, acumulando em doze meses, saldo negativo de US$ 25,8 bilhões. Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US$ 7,2 bilhões, acumulando em doze meses, um saldo positivo de US$ 74 bilhões. As reservas internacionais terminaram o mês em US$ 378,8 bilhões e a dívida externa bruta em US$ 338,1 bilhões. A Balança Comercial, por sua vez, teve em setembro um superávit de US$ 3,8 bilhões. No acumulado do ano, registrou um superávit de US$ 36,17 bilhões. **RENDA FIXA** Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês acabou sendo o do IRF-M1+, com alta de 2,33%, seguido do IRF-M Total com 1,96%, e do IMA-B 5+ com 1,57%. No ano, o melhor desempenho acumulado até setembro foi do IDkA 20A (IPCA) com 48,84%, seguido do IMA-B 5+ com 28,05% e do IRF-M 1+ com alta de 25,23%. **RENDA VARIÁVEL** Para o Ibovespa, a alta foi de 0,80%, levando o acumulado no ano para um ganho de 34,64%, e em doze meses para 32,26%. **PERSPECTIVAS (MERCADO INTERNACIONAL)** - Depois de ter mantido inalteradas as taxas de juros em sua reunião de setembro, aumentou a possibilidade da elevação dos juros nos EUA. O mercado internacional estará focado na próxima reunião do FED no dia 2 de novembro e nas eleições americanas no dia 8 seguinte. A eleição de Donald Trump seria um evento absolutamente inesperado e indesejado pelo mercado financeiro, cujas reações adversas seriam imprevisíveis. **(MERCADO NACIONAL)** Para o mercado local, o fato de maior importância será a aprovação da PEC 241, que estabelece um teto para os gastos públicos federais, a melhor forma de ajuste fiscal, por ser gradual e por talvez dispensar a necessidade do aumento de impostos. Para os economistas, o ajuste fiscal poderia levar o país a uma queda duradoura das taxas de juros. Depois da boa surpresa com a inflação de setembro, que atingiu o menor patamar para o mês desde 1989, o presidente do Banco Central afirmou que é preciso serenidade, já que há muito ainda a ser feito para a recuperação de nossa economia. Em outubro, o Copom irá se reunir novamente. Sob a ótica da alocação dos recursos dos RPPS, tendo-se em vista o médio e longo prazos, a nossa recomendação é de uma exposição de 45% nos vértices mais longos (dos quais 10% direcionados para o IMA-B 5+ e/ou IDKA 20A e 35% para o IMA-B Total), 25% para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) e 5% para o vértice mais curto, representado pelo IRF-M 1, e mesmo pelo DI, face a constituir uma reserva estratégica de liquidez e proteção das carteiras. Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos. A atual escassez de crédito para a produção e o consumo tem gerado prêmios de risco, que possibilitam uma remuneração que supera as metas atuariais. Quanto à renda variável, recomendamos uma exposição de no máximo 25%, já incluídas as alocações em fundos multimercado (5%), em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%). Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o

ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo. Ante ao cenário apresentado, a **Carteira de Investimentos do FPMSF encerrou setembro/2016 com um total de R$ 30.685.285,86 (Trinta milhões, Seiscentos e oitenta e cinco mil, duzentos e oitenta e cinco reais e oitenta e seis centavos.** È consenso entre os membros deste Comitê, a necessidade de permanecer com a proteção da carteira do FPMSF. A presente análise teve suporte da Crédito e Mercado Consultoria em Investimentos, que presta excelente serviço a este FPMSF.

Sônia Marta Jardim
Presidente

Paulo Sérgio Lima Pereira
Vice-Presidente

Luiz Eduardo Serpa dos Santos
Membro